

ARTIGOS**ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO AMAPÁ-
BRASIL: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS
DE GESTÃO E DO MAPEAMENTO DOS
EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS****ECONOMY IN SOLIDARITY AMAPÁ- STATE, BRAZIL:
AN ANALYSIS OF THE MANAGEMENT STRATEGIES
AND MAPPING OF DEVELOPMENTS ECONOMIC
SOLIDARITY****ECONOMÍA SOLIDARIA EN EL ESTADO DEL AMAPÁ
- BRASIL: UNA ANÁLISIS DE LAS ESTRATEGIAS DE
GESTIÓN Y DEL MAPEO DE LOS EMPRENDIMIENTOS
ECONOMICOS SOLIDARIOS****RESUMO****Kátia Paulino dos Santos**

Doutora em Gestão pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro de Portugal, revalidado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Reitora da Universidade do Estado do Amapá, Brasil. Macapá - AP - BR. E-mail: <katia.santos@ueap.edu.br>.

**Hermínia Júlia de Castro
Fernandes Gonçalves**

Graduada em Sociologia pela Universidade de Salamanca. Professora Auxiliar na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real, Portugal. E-mail: <hgoncalves@utad.pt>.

**Maria Teresa Couceiro
da Costa Sequeira e Sousa
Carvalho**

Doutora em Economia pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Professora Auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real, Portugal. E-mail: <tsequeir@utad.pt>.

Este artigo apresenta a realidade dos empreendimentos econômicos solidários do Amapá, por meio da análise do mapeamento realizado de 2010 a 2012 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Evidencia os principais avanços e as fragilidades na política de fomento no Estado. Utilizou-se pesquisa quanti-qualitativa, pesquisa de campo, por meio de entrevistas junto a gestores da economia solidária no Amapá, bem como análise de dados do mapeamento realizado pela SENAES. Estruturou-se este artigo em três partes: na primeira, tratou-se da política nacional de economia solidária capitaneada pela SENAES e das estratégias e características do mapeamento realizado no Brasil. Na segunda, realizou-se a apresentação da política de fomento à economia solidária no Estado do Amapá, delineada por entrevistas com os gestores dos principais órgãos de fomento. E na última parte, analisou-se o mapeamento empreendido no Amapá, que traçou o diagnóstico dos empreendimentos, seus perfis e principais resultados das políticas de desenvolvimento.

Palavras-chave: Economia solidária. Política Pública. Desenvolvimento. Estado do Amapá.

ABSTRACT

This article presents the reality of the economic enterprises of solidarity in the State of Amapá, through the analysis of the mapping carried out from 2010 to 2012, by the National Secretariat of Solidarity Economy (SENAES). It shows the main advances and weaknesses in the development

policy in the State. We used a quantitative-qualitative research, a field research, through interviews with managers of the solidarity economy in Amapá, as well as data analysis of the mapping carried out by SENAES. This article was structured in three parts; the first one was the national policy of solidarity economy led by SENAES and the strategies and characteristics of the mapping carried out in Brazil. The second was the presentation of the policy of fostering solidarity economy in the State of Amapá, outlined by interviews with the managers of the main development agencies. And in the last part, we analyzed the mapping undertaken in Amapá, which outlined the diagnosis of the enterprises, their profiles and main results of the development policies.

Keywords: Solidarity economy. Public policy. Development. Amapá State.

RESUMEN

Este artículo presenta la realidad de los emprendimientos económicos solidarios del Amapá, a través del análisis del mapeo realizado de 2010 hasta 2012, por la Secretaria Nacional de Economía Solidaria (SENAES). Evidencia los principales avances y las fragilidades en la política de fomento en el Estado. Se utilizó pesquisa cuantitativa y cualitativa, pesquisa de campo, a través de entrevistas junto a gestores de economía solidaria en el Amapá, bien como análisis de datos del mapeo realizado pela SENAES. Este artículo se estructuró en tres partes: la primera, se trató de la política nacional de economía solidaria capitaneada por la SENAES y de las estrategias y características del mapeo realizado en Brasil. En la segunda, se realizó la presentación de la política de fomento a la economía solidaria en el Estado del Amapá, delineada por entrevistas con los gestores de los principales órganos de fomento. E en la última parte, se analizó el mapeo emprendido en el Amapá que trazó el diagnóstico de los emprendimientos, sus perfiles y principales resultados de las políticas de desarrollo.

Palabras-chave: Economía solidaria. Política Pública. Desarrollo. Estado del Amapá.

1 INTRODUÇÃO

A economia capitalista manifesta, constantemente, sintomas de seu processo de desestruturação, o que provoca inquietações em diversos cenários. No ambiente científico, massificam-se pesquisas e teorias voltadas à negação ou à ratificação do paradigma imposto pelo cenário econômico, em face à busca pelo lucro, ao acirramento da competição e à necessidade da manutenção da tônica da exploração do homem pelo homem. Valores como a liberdade, a igualdade e a solidariedade distanciam-se cada vez mais do cotidiano dos grandes centros e de suas rotinas aceleradas. A falta de tempo é uma regra que afasta, cada vez mais, os cidadãos da possibilidade de revisão desses valores e de alteração dessa realidade impositiva. Alternativas econômicas que buscam o resgate de tais valores de liberdade são, frequentemente, rotuladas de inviáveis, precárias, e, em certas perspectivas ideológicas, de utópicas.

A economia solidária representa uma alternativa ao contexto capitalista, surgindo, nesse sentido, como uma afronta à realidade decretada pelo capital, apresentando como princípios a autogestão (como mecanismo valorizador da liberdade), a igualdade entre os sócios e a solidariedade. Trata-se de um setor que, apesar de atravessar significativas dificuldades, de caráter prático, financeiro e também ideológico, tem crescido progressivamente no mundo, constituindo, atualmente, em uma preocupação dos estados nacionais a sua inclusão na política pública, entre eles, o Brasil.

O presente artigo trata sobre a economia solidária no Brasil, com ênfase nas políticas públicas de fomento à dinamização do segmento traçadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Tem como objetivo principal compreender as políticas de fomento à economia solidária no Estado do Amapá, localizado no extremo norte do Brasil, na Região Amazônica, com vistas a, por um lado, explicitar as estratégias de gestão do setor público; por outro, analisar os resultados do mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários, realizado pela SENAES.

Destaca-se que as pesquisas sobre a economia solidária vêm ganhando cada vez mais espaço

no cenário mundial, no quadro da reforma e consolidação dos Estados Providência e no contexto económico e político em que o primado da proteção social pelas instituições do Estado evidencia sinais de insustentabilidade financeira. Por outro lado, avolumam-se as pesquisas sobre a heterogeneidade das formas jurídicas e modelos de gestão, e sobre a complexidade dos problemas sociais, nos quais se inserem vários públicos, a que o setor dá resposta.

As investigações com foco na Região Amazônica ainda são restritas, o que nos permite destacar a virtualidade deste artigo de proceder ao mapeamento realizado no Estado do Amapá e à identificação de importantes indicadores sobre o segmento.

No cenário brasileiro, as ações estatais de fomento à economia solidária foram intensificadas a partir de 2003, quando da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que passa a estruturar políticas direcionadas a todas as regiões brasileiras, por meio de ações de incentivo e valorização dos empreendimentos económicos solidários, e ainda por meio de capacitação a gestores para a compreensão e o tratamento da temática. Como estratégia nacional para identificação e ampliação do conhecimento sobre a realidade brasileira dos empreendimentos da economia solidária, a SENAES adotou a estratégia de ação de Mapeamento dos Empreendimentos Económicos Solidários, iniciada em 2010 e finalizada em 2013 em todos os estados brasileiros.

A economia solidária encontra um terreno fértil para a atuação no Amapá, estado situado no Nordeste do Brasil, um contexto territorial que apresenta indicadores que revelam fortes fragilidades sociais e múltiplos problemas em matéria de desenvolvimento. Neste estado, e a respeito do ordenamento da política de promoção da Economia Solidária, observa-se que ela é conduzida por três entidades principais, Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo (SETE), Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Amapá (SRTE/AP) e Fórum Amapaense de Economia Solidária (FAES).

O objetivo deste artigo passa por interpretar os resultados do mapeamento realizado no Estado

do Amapá, seus diferenciais, os impactos da política de economia solidária adotados pelos órgãos competentes e os principais avanços e desafios (SANTOS, 2017).

O artigo teve como principais bases de consulta os relatórios da SENAES, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ainda pesquisas de autores como França Filho, Luiz Inácio Gaiger, Laville e Paul Singer, os quais embasaram, consideravelmente, as análises realizadas.

A principal contribuição deste estudo foi a análise do mapeamento dos empreendimentos económicos solidários do Estado do Amapá, realizado entre os anos de 2010 a 2012, pela Universidade Federal do Pará (UFPA) em parceria com o Fórum Amapaense de Economia Solidária (FAES), cujos dados estão disponíveis na plataforma do Fórum Nacional de Economia Solidária, mas ainda não tinham sido objeto de avaliação. Além disso, este estudo discorre sobre a gestão da política de economia solidária no Amapá, seus entraves e principais inovações.

Recorreu-se aos métodos quantitativo e qualitativo, no intuito de mensurar os principais avanços e desafios do segmento e os impactos das políticas de fomento à economia solidária para os empreendimentos delimitados. Realizaram-se entrevistas com gestores e empreendedores do mapeamento realizado pela SENAES, finalizado em 2013.

Neste sentido, este artigo encontra-se estruturado em quatro partes. Na primeira, será realizada uma breve apresentação da SENAES e suas principais estratégias de atuação, em especial, do mapeamento nacional finalizado em 2013. A segunda parte voltou-se à análise das instituições que fomentam a economia solidária no Amapá. E, por fim, foram apresentados e analisados os resultados do mapeamento dos empreendimentos económicos solidários realizados pela SENAES no Estado do Amapá, divulgados em 2013, em que foram ilustrados o perfil socioeconómico, as formas de gestão adotadas, os fomentos recebidos pelos empreendimentos por meio das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento e os principais resultados dos empreendimentos.

2 O AMAPÁ, A ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS POLÍTICAS DE FOMENTO

2.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO

O Estado do Amapá foi marcado por muito tempo pela escassez demográfica, se comparada aos grandes centros brasileiros, bem como pelo riquíssimo investimento em infraestrutura e políticas sociais, o que resulta em desigualdade econômica e social entre as regiões até a atualidade.

Mesmo com a implementação de planos de desenvolvimento que, teoricamente, teriam boas condições de alterar os indicadores de desenvolvimento desfavoráveis do Estado do Amapá, na *práxis*, social verifica-se que as condições socioeconômicas da sociedade amapaense permaneceram com problemáticas sociais preocupantes, como a elevada concentração da renda para uma pequena parcela da população, altos indicadores de violência urbana, saneamento sanitário precário, e infraestrutura que não atendem às necessidades da população.

O Amapá possui uma população estimada (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014) de 750.912 habitantes, distribuídos em 16 municípios, que somados equivalem a uma área de 143.453,7 Km², representando 3,70% da Região Norte e 1,67% de todo o território brasileiro. As cidades com maior número populacional no Estado são Macapá (Capital), com população estimada em 446.757 habitantes, Santana, com 110.565 e Laranjal do Jari, com 44.777.

Situado na Amazônia Oriental, o Amapá limita-se ao sul (pelo rio Amazonas) e a oeste (pelo rio Jari) com o Estado do Pará, a leste com o Oceano Atlântico, ao Norte com a Guiana Francesa (pelo rio Oiapoque e Serra do Tumucumaque) e a noroeste com o Suriname (pela Serra do Tumucumaque). Possui 1.691 km de fronteira nacional e 707 km de estrangeira. É atravessado pela linha do Equador, sendo que sua área representa 3,71% da Região Norte e 1,68% da área nacional (PORTO, 2003, p. 21).

Conforme verifica-se na tabela 01, o Censo/IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GE-

OGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010) indica que o quantitativo da população em situação de pobreza no Estado do Amapá é preocupante, apontando o percentual de 12%, bem maior que a brasileira (8,5%), sendo inferior à média da Região Norte (15%) e Nordeste (18%). Ressalta-se que os reflexos da pobreza são revelados na precariedade das moradias e ainda na elevação dos indicadores de violência urbana.

A despeito dos indicadores de desenvolvimentos desfavoráveis, o Amapá possui uma série de potencialidades; entre os Estados brasileiros, destaca-se por sua localização no extremo norte do Brasil e ainda por ser banhado pelo maior rio do mundo, em nível de água e extremidade, o Amazonas. Possui ainda características históricas e características econômicas significativamente diferenciadas.

2.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA

O Brasil é acometido por um histórico quadro de pobreza e desigualdade social. Nas regiões periféricas como o Norte e o Nordeste, esta realidade é ainda mais intensa. Salienta-se a diminuição dos direitos sociais e, até mesmo, da liberdade humana, se esta for pensada em uma perspectiva mais ampla como capital social, como nos moldes do pensamento de Sen (2000, p. 52):

O processo de desenvolvimento, quando julgado pela ampliação da liberdade humana, precisa a eliminação da privação da pessoa. Mesmo se ela não tivesse interesse imediato em exercer a liberdade de expressão ou participação, ainda assim seria uma privação de suas liberdades se ela não pudesse ter escolha nessas questões.

O Estado brasileiro revela fragilidade no desenvolvimento das políticas sociais, as quais são delineadas com planejamento precário e sem voltar-se ao saneamento das problemáticas sociais evidentes do Brasil. Monastério (2000) enfatiza que o ambiente político e social deve contribuir para a eficiência produtiva estática e dinâmica como componentes do capital social. Isso inclui a qualidade do governo, do sistema jurídico e a ga-

rantia de liberdades políticas e civis dos indivíduos e do Estado de Direito. O capital social, então, seria um sinônimo de boas instituições.

A Economia Solidária surge como uma alternativa econômica e social à desestruturação social imposta pelo capitalismo. Sua proposta é, significativamente, inovadora e com características que afrontam duramente a metodologia capitalista, uma vez que se pauta em valores como a solidariedade, a sustentabilidade e a autogestão. Diante desse caráter diferenciado, a economia solidária tem ganhado muito espaço como objeto de pesquisa em vários países do mundo.

Singer (2008) considera que a proposta é um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. A igualdade de direitos e os meios de produção de posse coletiva dos que trabalham no setor, e a autogestão são as características centrais. Os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores, coletivamente, de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto.

França Filho (2002) ressalta que, com a noção de economia solidária, coloca-se a ênfase em um novo relacionamento entre economia e sociedade. Se certas características organizacionais particulares (notadamente no que se refere ao aspecto democrático da organização do trabalho) são sublinhadas na apreensão desse termo, trata-se aqui, entretanto, sobretudo da inscrição sociopolítica das experiências que fundam essa noção. Esta é a razão pela qual se entende que, para além de um conceito, que serve para a identificação de um certo número de experiências com um estatuto diferente daquele da empresa capitalista, a noção de economia solidária remete para uma perspectiva de regulação, colocada como uma questão de escolha de um projeto político de sociedade. Isso, em função precisamente da dimensão histórica desse fenômeno e das suas características fundamentais.

Laville (1994) enfatiza que o aparecimento, em escala crescente, de empreendimentos populares baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão, é hoje fato indiscutível em nossa paisagem social, ademais de ser um fenômeno observado em muitos países, há, pelo menos, uma década.

Percebe-se que a economia solidária tem-se expandido, gradativamente, por vários países, com distintas dinâmicas econômicas. Em Portugal, por exemplo, em 2010, a Economia Social representou 2,8% do VAB nacional, 4,7% do emprego total e 5,5% do emprego remunerado. As remunerações pagas pela Economia Social representaram 4,6% do total das remunerações, correspondendo a remuneração média neste setor a pouco mais de 4/5 da remuneração média no conjunto da economia. Neste setor, integravam-se aproximadamente 55 mil unidades, que se distribuíam por um conjunto diversificado de atividades, entre as quais se destacavam os serviços de ação e a solidariedade social, com um peso relativo no VAB da Economia Social ligeiramente superior a 40%. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE PORTUGAL, 2010).

2.3 A SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E O MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS NACIONAIS

O ano de 2003 representou um importante marco referente à política de fomento e valorização da economia solidária no Brasil, por meio da criação da SENAES, e, conseqüentemente, da dinamização das ações delineadas pelo estado brasileiro à economia solidária, que passam a congregar um complexo de políticas públicas que ganham destaque em todas as regiões brasileiras.

Gaiger (2007) enfatiza que o crescimento da economia solidária no Brasil é um fato notável nas últimas décadas, relatado em estudos panorâmicos e confirmado pelo primeiro mapeamento: 87% dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) registrados tiveram início posterior a 1990, 35% após 2002. Ao mesmo tempo, a articulação gradativa dos empreendimentos e das organizações de apoio resultou em estruturas representativas da economia solidária, culminando com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, em 2003. O autor enfatiza em outra obra que:

Os estudiosos da economia solidária no Brasil convergem quanto às transformações históricas que tiveram maior impacto

sobre o aparecimento e a revitalização de práticas associativas e cooperativas. No inventário macroeconômico do último quartel do século XX, citam-se, em primeiro lugar, as mudanças no modelo de acumulação capitalista, por seus efeitos sobre a reconfiguração mundial dos mercados, as estruturas e cadeias produtivas e a geopolítica (GAIGER, 2013, p. 213).

A SENAES vincula-se ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), funcionando dentro das instalações do Ministério, ocupa o menor espaço físico, entre as outras secretarias, ao qual se encontra vinculado, bem como conta com número pouco significativo de funcionários do quadro. A SENAES é formada por gabinete, departamentos e coordenações que, articulados, executam o conjunto de competências da Secretaria. No ano de 2009, investiu consideráveis recursos para a realização de cursos de formação em Economia Solidária, na qual se objetivava esclarecer a temática para empreendedores identificados como solidários, para representantes governamentais (prefeituras e estados) e para a sociedade civil organizada. Passada essa etapa de “esclarecimento”, no ano de 2010, a SENAES passou à outra importante etapa de fomento à economia solidária, o mapeamento de empreendimentos identificados como econômico-solidários, a fim de se mensurar não só a quantidade desses empreendimentos, mas a dimensão dessa “economia alternativa” no Brasil.

Singer (2006) ressalta que, no ano de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva foi o único dos candidatos que colocou a economia solidária com destaque em seu programa de governo. Foi, portanto, lógica sua decisão de atender à reivindicação do movimento de criar no âmbito do MTE a SENAES. Também, por sugestão do movimento, que Singer foi escolhido pelo presidente para chefiar a nova secretaria. Na ocasião da posse, teve lugar, em Brasília, a III Plenária Nacional de Economia Solidária, com a presença de mais de 800 delegados da maioria dos Estados, e fundou na ocasião o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, que se tornou, desde então, o principal parceiro da SENAES.

O Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) foi desenvolvido pela SENAES,

sob a coordenação da Comissão Gestora Nacional, e em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária enquanto um instrumento para identificação e registro de informações de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento à economia solidária e políticas públicas de economia solidária no Brasil (SENAES, 2013).

O SIES foi implantado no ano de 2004 e, até o momento, realizou três rodadas nacionais de identificação e caracterização dos empreendimentos econômico-solidários (EES) no país. O primeiro levantamento ocorreu em 2005, quando foram mapeados 14.954 EES. Esse levantamento foi complementado em 2007 com o mapeamento de mais 6.905 EES. Nessa primeira fase, foram totalizadas informações de 21.859 EES. A terceira rodada ocorreu nos anos de 2010-12, quando foram mapeados mais 11.663 EES. Portanto, desde 2004, o SIES já identificou 33.518 EES em todo o território nacional (SENAES, 2013).

Os dados do SIES demonstram que 72,7% dos empreendimentos receberam apoio ou assessoria externa, sendo 40,6% de órgãos governamentais, 22,9% de ONGs, Igrejas ou associações, 20,4% do “sistema S” etc. Segundo Gaiger (2009, p. 576), os “EES beneficiados com algum apoio apresentam um grau de desempenho global mais positivo do que os demais, exceto no caso de EES apoiados unicamente por órgãos governamentais.” Não há dúvidas de que o envolvimento dos agentes externos qualifica o processo; a questão é sobre o espaço de decisão que esses agentes adquirem em face dos EES em seu cotidiano e em um plano maior – no FBES.

De acordo com a SENAES (2012), a ES enquanto fenômeno social e político recente era e, continua sendo, pouco conhecida e reconhecida na sociedade brasileira. Disso resultou o primeiro grande desafio que foi o de realizar um mapeamento nacional da ES e de suas formas de organização. O conhecimento da realidade era fundamental para seu reconhecimento enquanto prática social inovadora e de seu potencial transformador. Utilizando uma metodologia que procurou conciliar a mobilização participante e as exigências de objetividade, foi realizado um mutirão nacional para identificar a economia solidária em todo o território nacional.

Além do mapeamento, a organização de um sistema de informações que pudesse contribuir para o fortalecimento da própria ES e melhor orientação para as políticas públicas.

De acordo com relatório da SENAES (2012), o mapeamento da ES no Brasil deu visibilidade às milhares de iniciativas existentes e chamou à atenção de governos locais para apoiá-las e incentivá-las. Por outro lado, o aumento das políticas locais de ES também é reflexo dos avanços organizativos da ES nos últimos anos, com a criação das redes e fóruns que interpelam os próprios poderes públicos estaduais e municipais a criar estruturas de governo e, posteriormente, as próprias políticas de ES.

Gaiger (2007) enfatiza que o primeiro Mapeamento Nacional foi idealizado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária e pelo Governo Federal, com o apoio de universidades, instituições de pesquisa e ONGs. Em 2006, o término da etapa principal de coleta de informações resultou em uma base de dados sobre 15 mil Empreendimentos de Economia Solidária (EES), envolvendo uma população estimada de 1,2 milhão de participantes, em todos os estados do país e em 41% dos municípios. Em fins de 2007, uma pesquisa de campo complementar propiciou a inserção de mais sete mil empreendimentos na base de dados.

O mapeamento é o instrumento oficial de avaliação da política de economia solidária. Santos (2014) ressalta que os dados do SIES e as prioridades expressas nas bandeiras de luta do movimento refletem as muitas dificuldades que os empreendimentos da economia solidária encontram ao longo de suas histórias, mas estas não obscurecem o elemento político que motiva os trabalhadores a aderirem a um compromisso mais amplo e, nesse caso, as dificuldades dos EES se convertem nas principais demandas do movimento.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente estudo possui caráter quanti-qualitativo, uma vez que discorre sobre as percepções dos gestores públicos que fomentam a política de economia solidária, que será tratado no capítulo 4 e também realizará análise de dados do banco

de exposição quantitativa do Fórum Nacional de Economia Solidária, em que se depositou o último mapeamento dos empreendimentos da economia solidária de todas as unidades federativas do Brasil, que será apresentado no último capítulo, com ênfase no Estado do Amapá.

Minayo (2001) enfatiza que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e na explicação da dinâmica das relações sociais.

Nesse sentido, para a apresentação da gestão das políticas de fomento à economia solidária, utilizou-se a técnica de entrevista, realizada ao longo do segundo semestre de 2018, com roteiros de entrevista semiestruturados, voltados aos gestores da Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo (SETE), Superintendência Regional de Trabalho e Emprego do Amapá (SRTE-AP) e com os representantes do Fórum Amapaense de Economia Solidária (FAES).

No capítulo final, realiza-se a análise do mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários do Estado do Amapá, de forma a se identificar os principais resultados da política de fomento. O mapeamento fora realizado no período de 2010 a 2012, pela Universidade Federal do Pará (UFPA), em parceria com a representação do Fórum Amapaense de Economia Solidária (FAES), sem qualquer parceria com instituições de pesquisa do Amapá. Na ocasião, foram mapeados 328 empreendimentos, sob a Coordenação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). As informações quantitativas do mapeamento estão disponíveis no site do SIES, *Atlas da Economia Solidária* (<http://sies.ecosol.org.br/atlas>).

Com relação às técnicas de análise, utilizou-se a análise de conteúdo categorial das entrevistas realizadas, bem como documentos e fontes bibliográficas selecionadas, sendo adotada ainda a técnica de análise de dados, voltada ao banco de dados do SIES.

4 O ESTADO DO AMAPÁ - SUAS ESTRATÉGIAS DE FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA

O alcance da articulação e integração entre os órgãos que desenvolvem políticas com focos de ação semelhantes e/ou público-alvo comum possui uma histórica dificuldade, a qual é apontada, frequentemente, nas pesquisas sobre políticas públicas. Ressalta-se, contudo, que tal limitação não é apenas brasileira, mas da grande maioria dos países na condução das políticas públicas, inclusive dos que possuem elevados indicadores de desenvolvimento.

No Estado do Amapá, essa realidade não é diferente, a política do trabalho, por exemplo, responsável pela condução da política de economia solidária, possui dificuldades substanciais de integrar e articular suas ações com outros órgãos voltados ao desenvolvimento econômico, e que contribuem direta ou indiretamente para as políticas de emprego. De acordo com Santos (2010, p. 171):

Observa-se a necessidade de articulação entre as diferentes ações das políticas de emprego e renda, sendo que tal articulação compõe as diretrizes que foram planejadas no II Congresso Nacional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, realizado em 2005, e que visam, a grosso modo, a capacitação de funcionários do sistema, a construção de um banco de dados único e a criação de observatórios em emprego e desemprego nos Estados. Observa-se que o Estado do Amapá, assim como vários outros Estados brasileiros, ainda não conseguiu alcançá-las plenamente, diante das dificuldades encontradas para o cumprimento das orientações sugeridas pelo Ministério, as quais são perceptivelmente intensificadas nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, onde os acirramentos das desigualdades econômicas e sociais são mais intensos e recursos financeiros disponibilizados pelos cofres da União são substancialmente menores.

A política é desenvolvida no Estado por meio da Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo (SETE), sendo ainda fomentada pelo Fórum Amapaense de Economia Solidária (FAES) e pela Superintendência Regional de Trabalho e Emprego do Amapá (SRTE/AP), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em que está inserida a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Para a análise das entrevistas realizadas com os gestores da economia solidária, traçou-se, como prioridade, a explicitação das seguintes categorias: tipo de estratégias de fomento, integração com outros órgãos de apoio, avanços e dificuldades na gestão do setor.

4.1 SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO DO AMAPÁ

A SETE tem a missão institucional de formular, coordenar e implementar políticas públicas de emprego, trabalho e renda, visando à inserção produtiva das pessoas em idade economicamente ativa, priorizando a demanda de maior vulnerabilidade social e procurando melhorar a qualidade de vida da população do Estado do Amapá e valorizar a força de trabalho.

Desenvolve suas atividades por meio de dois eixos de atuação, o fortalecimento das políticas de inserção no mercado formal, pela Coordenadoria de Trabalho, e o incentivo e fortalecimento da cultura empreendedora no Estado, pela Coordenadoria de Empreendedorismo (SANTOS, 2010). Em atenção ao objetivo deste artigo, limitar-se-á à análise das políticas de fomento ao empreendedorismo, realizadas pela Secretaria.

A Coordenadoria de Empreendedorismo possui o Núcleo de Associativismo e Economia Solidária (NAES), que tem o propósito de divulgar a cultura do associativismo como alternativa empreendedora de geração de emprego e renda e estimular a organização das entidades para que se possa otimizar o apoio institucional. Realiza o apoio técnico e viabiliza a capacitação de cooperativas e associações, estimulando a expansão de experiências associativas de caráter produtivo.

Para a mensuração da política e incentivos à economia solidária pela SETE, realizou-se entrevista com a Secretária Estadual de Trabalho e Empreendedorismo, bem como com a Gerente do Núcleo de Associativismo e Economia Solidária (NAES), realizadas no início do mês de maio de 2015.

A Secretária da SETE enfatiza que, nos meses iniciais de sua gestão, foi iniciado diálogo com outros órgãos do governo, incluindo a exemplo da SEMA, no intuito de se fortalecer a economia solidária no estado. Em reunião com o Secretário da SEMA, ele enfatizou que o recurso do convênio com a SENAES ainda não fora acessado em função do envolvimento em outras prioridades.

Quando questionada sobre as principais dificuldades percebidas para o desenvolvimento da política de economia solidária, a gestora respondeu ser a limitação orçamentária, principalmente em razão de os recursos da Secretaria terem sido contingenciados desde o início de 2015, assim como os de outros órgãos do governo. Afirmou, também, que, atualmente, a SETE não possui nenhum convênio em vigência para o desenvolvimento da política de economia solidária, nem mesmo com a SENAES, que tem fomentado, nacionalmente, os empreendimentos da economia solidária.

Sobre os principais avanços da política realizada pela Secretaria ao setor, ela enfatizou que, de acordo com os relatórios a que teve acesso, em especial os de 2012 e 2013, percebeu o fomento da SETE a 30 empreendimentos econômicos solidários, e destaca ainda a participação da Secretaria no auxílio à organização das conferências municipais e estadual de 2014. Sobre os aspectos em que a atuação da Secretaria necessita melhorar, a Secretária menciona a necessidade de formar equipe para a captação de recursos voltados à economia solidária e ainda de expandir a parceria para fomento aos empreendimentos.

4.2 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE TRABALHO E EMPREGO DO AMAPÁ

A Superintendência possui como missão assegurar o cumprimento da legislação trabalhista, implementar políticas públicas de emprego, trabalho e renda, por meio dos seguintes programas:

Intermediações e Qualificação do trabalhador, Primeiro Emprego, Emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Habilitação ao Seguro Desemprego, Economia Solidária, com vista ao desenvolvimento e bem-estar do cidadão.

Verifica-se que a Economia Solidária possui programa específico no contexto da SRTE/AP, contando com recursos específicos para o desenvolvimento de suas ações. A política é coordenada pelo Núcleo de Economia Solidária (NES), que se encontra na estrutura organizacional da superintendência.

A chefe do Núcleo de Economia Solidária enfatizou desenvolver as atividades geralmente em parceria com as representantes do Fórum Amapaense de Economia Solidária (FAES), afirmando, inclusive, que as duas representantes do Fórum, em geral, utilizam o espaço do Núcleo da SRTE/AP para o desenvolvimento de suas atividades administrativas e ainda a infraestrutura da SRTE/AP (transporte, equipamentos) para o desenvolvimento das atividades de campo.

Com relação às dificuldades encontradas para o desenvolvimento da política de economia solidária, a chefe do NEF afirma que os desafios são muitos, tanto no que se refere às políticas nacionais (raizadas SENAES), como às políticas desenvolvidas localmente pelas unidades descentralizadas (SRTE). São muitos os programas a serem desenvolvidos e executados, mas a quantidade de recursos humanos, de recursos materiais e, principalmente, de recursos financeiro-orçamentários compromete a realização parcial ou até total das ações planejadas pela SRTE/AP.

No que tange aos desafios a serem superados pela SRTE/AP, a gestora do NEF enfatiza que o fortalecimento e a expansão da economia solidária dependem, fundamentalmente, de um ambiente institucional favorável com o aperfeiçoamento e a criação de leis e mecanismos que facilitem a formalização e o funcionamento do EES, considerando os aspectos tributários, creditícios e de acesso pleno à seguridade social.

Ao ser questionada sobre os principais desafios da política de economia solidária, ressaltou a necessidade de maior investimento em recursos financeiros, uma vez que a economia solidária avan-

çou significativamente em termos de publicações e dinâmicas de disseminação e esclarecimento do segmento; no entanto, sem o fomento financeiro aos empreendimentos, estes não têm como avançar de forma mais significativa. Revela, ainda, que a necessidade de consolidação da rede estadual de atendimento à economia solidária é determinante para o alcance de um maior avanço qualitativo, uma vez que o Estado do Amapá dispõe de instituições governamentais que poderiam unir esforços para tal fim, mas dado o caráter fragmentado das políticas, a sociedade termina em ser prejudicada.

4.3 FÓRUM AMAPAENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para compreender as formas de atuação do FAES, e ainda de seus principais avanços e desafios, entrevistaram-se as três representantes do Fórum. A narrativa dominante dessas representantes do Fórum é reveladora de que, desde 2008, o FAES vem coexecutando projetos de economia solidária, como o mapeamento, a formação em economia solidária e a comercialização por meio de convênios com diferentes entidades: Programa de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Pará (PITCPS/UFPA), Fundação de Apoio Científico e Tecnológico de Tocantins e Projeto Comercialização com o Instituto Marista de Solidariedade (IMS).

Para os entrevistados, os espaços de diálogo da ECOSOL nos órgãos públicos são comprometidos por cargos políticos, uma vez que, muitas vezes, são ocupados por pessoas que não possuem o perfil técnico adequado para o diálogo, e, até mesmo, para a execução de políticas de ECOSOL, em uma lógica de envolvimento e mobilização da base populacional. Mencionaram, como exemplo dessa realidade, o recurso a dois convênios que retornaram em 2010, por falta de capacidade técnica de execução (da SETE), e o outro que está sendo devolvido no ano de 2015 (também pleiteado pela SETE). Os entrevistados destacaram ainda que o convênio Pró-Catador, voltado para o fortalecimento dos catadores de resíduos sólidos de Macapá, que foi assinado em 2013 pela SENAES e

pelo Governo do Estado (por meio da SEMA), até o momento não possuiu nenhuma ação executada.

As maiores dificuldades enfrentadas na atualidade, sobre o desenvolvimento da política pública voltada ao fortalecimento da Economia Solidária, a narrativa dos entrevistados, centra-se na escassa capacitação dos gestores em ECOSOL. Destaca-se que, ultimamente, os EES vêm procedendo à capacitação na área de ECOSOL; porém, tais processos estão politizados, e a gestão tem dificuldade de participar dessa formação. Algumas vezes, até conseguem acessar o recurso, mas não conseguem executar ou executam de forma equivocada, por não conhecerem ou identificarem as demandas de ECOSOL no estado, a exemplo do que tem ocorrido no Amapá com os últimos recursos destinados para tal fim.

Segundo os entrevistados, o Fórum enfrenta o desafio de melhorar em relação ao desenvolvimento da política de economia solidária. As representantes do FAES também enfatizaram que o Fórum dialoga e busca a integração dos gestores públicos na execução e no acompanhamento, como forma de fortalecimento do movimento; porém, afirmam necessitar de estrutura para conseguirem atingir comunidades que ainda não conseguiram, bem como para manter e fortalecer o que já fora construído.

As representantes enfatizam que a luta popular sempre foi uma resposta à opressão e uma forma de buscar uma sociedade mais justa, a exemplo do movimento camponês, agroecológico, sindical, estudantil, saúde, de mulheres e dos povos e comunidades tradicionais, além de tantos outros. A história da economia solidária está ligada a estas e a outras histórias que afirmam a construção de uma sociedade solidária e pelo bem-viver.

5 MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO AMAPÁ: REALIDADE E PERSPECTIVAS

O mapeamento é o instrumento oficial de avaliação da política de economia solidária. Os dados do Sistema Informações em Economia Solidária (SIES) refletem os principais avanços e as di-

ficuldades que os empreendimentos do segmento encontram ao longo de suas histórias, o que possibilita aos gestores um olhar diagnóstico e panorâmico dos empreendimentos, de forma a viabilizar a adaptação e o aprimoramento das políticas públicas desenvolvidas nacionalmente.

O mapeamento objeto da análise realizou-se no período de 2010 a 2012, sendo este estudo a primeira pesquisa em que se realiza a análise dos indicadores do Estado do Amapá, o que evidencia seu caráter de inovação e utilidade. Ressalta-se, ainda, que esse mapeamento fora o último realizado no Estado, uma vez que tal ação integra planejamento da SENAES, não havendo outra ação de mapeamento sido desencadeada pela Secretaria desde então.

Esta análise foi estruturada em três eixos: a ilustração do perfil dos empreendimentos econômico solidários, a forma e ferramentas de gestão utilizadas, os fomentos recebidos e os principais resultados alcançados.

5.1 PERFIL DOS EMPREENDIMENTOS

O mapeamento revelou que a maioria dos EES está registrada como associação (53,6%). Uma parte significativa (37,5%) dos empreendimentos mapeados no Amapá integra-se na categoria de grupo informal e 8,5% são cooperativas. No que se refere à área de atuação dos empreendimentos mapeados no Amapá, salienta-se que a grande maioria (59%) atua na área urbana, 33% na área rural, e só 8% atuam em áreas consideradas mistas.

Com relação à motivação para a criação do empreendimento, os entrevistados podiam apontar mais de uma resposta, porém a média de respostas ficou em três para cada participante. Ao ilustrar a categoria social dos sócios, o mapeamento revela que a maioria é artesão (38%) e agricultor familiar (34,7%), embora apenas 2,7% tenham-se declarado desempregado e 9% trabalhador autônomo.

Com relação ao motivo da criação do empreendimento, mais de 70% do universo respondeu que a criação do empreendimento é uma alternativa ao desemprego, o que, certamente, condiz com a realidade de acirramento do desemprego, pobreza e exclusão social que assola o Brasil e o

Amapá. A segunda principal resposta, com 68% das opções, foi a de que o empreendimento seria uma fonte complementar para a renda dos associados. Em seguida, com 47,8% das opções, alcançou-se a resposta mais nobre entre o rol de opções apresentados pelo questionário, em que os entrevistados afirmam a intensão de desenvolver um negócio em que todos sejam os proprietários. Apenas 14% responderam que o empreendimento foi criado em razão do fomento ou incentivo de políticas públicas.

Com relação à especificação do empreendimento, a maioria (77%) declarou-se da área da produção ou produção e comercialização, conforme ilustra o gráfico 2. Com 18% das repostas, aglutinaram-se os prestadores de serviços ou trabalho a terceiros e os empreendimentos voltados ao consumo ou uso coletivos pelos sócios.

No item a seguir, serão analisadas as características dos empreendimentos e suas formas de gestão.

5.2 EMPREENDIMENTOS E SUAS FORMAS DE GESTÃO

Com relação ao destino da comercialização dos empreendimentos, a maioria (96,8%) declarou realizar venda direta ao consumidor final, e 43,2% declararam realizar venda a revendedores ou a atacadistas. Apenas 15% declararam realizar venda a outros empreendimentos econômicos solidários.

Com relação aos espaços de comercialização, a maioria dos entrevistados (74,2%) respondeu realizar a comercialização em feiras livres, e 48% afirmaram realizar a comercialização em lojas ou espaços próprios, conforme se verifica o gráfico 4. Apenas 21,8% afirmaram fazer a comercialização em feiras de economia solidária, e 36,5% declararam fazer comercialização em eventos e feiras especiais.

Ao serem indagados sobre a realização de investimentos no empreendimento nos últimos 12 anos, a maioria dos empreendedores respondeu negativamente (73%). Com relação ao recebimento de gratificação ou pagamento diferenciado pela função de presidente ou responsável imediato pelo empreendimento, a maioria absoluta dos entrevi-

tados respondeu negativamente (95%), alegando não receber nenhum valor diferenciado.

Quando perguntados sobre a realização de alguma atividade social ou comunitária, a maioria dos empreendedores respondeu positivamente, 66%. Percebe-se que essa questão enfatiza um grande princípio da economia solidária que é a solidariedade, sendo que esse valor ainda vem sendo exercitado pelos empreendimentos no Estado do Amapá, a despeito de toda a individualidade que é impulsionada globalmente, que é também intensificada pelo processo de exclusão social e pobreza.

Ao serem indagadas sobre a renda obtida com o empreendimento, a maioria das mulheres, 27,4%, enfatizou que a renda é a maior parte do montante arrecadado pela família, sendo, ainda, que 19,2% das mulheres enfatizam que a renda do empreendimento é a única fonte de recursos da família.

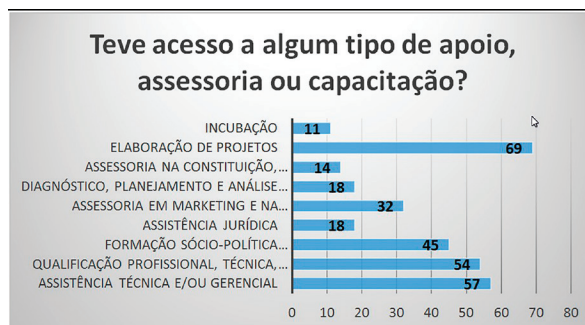
O mapeamento também procurou ilustrar o percentual de acesso a financiamento nos últimos 12 meses, embora a maioria, 77%, tenha enfatizado que não teve acesso, sendo financiados no período apenas 6%, e 17% buscaram financiamento, mas não conseguiram. Quando se tratou da pergunta voltada à necessidade de financiamento, a maioria respondeu que “sim”, que existe necessidade para o empreendimento (77%), mesmo que apenas 23% afirmasse não precisar de financiamento.

5.3 FOMENTOS RECEBIDOS E RESULTADOS ALCANÇADOS PELOS EMPREENDIMENTOS

Neste item, serão apresentadas as análises das questões que tratam dos fomentos recebidos pelos empreendimentos, bem como dos principais resultados alcançados por eles. Ao serem indagados sobre a disponibilização de apoio, a assessoria ou a capacitação, 21,6% enfatizaram haver sido contemplado com auxílio na elaboração de projetos, conforme se verifica no gráfico 5, o qual revela que 34,9% dos entrevistados afirmaram haver recebido qualificação profissional, técnica ou gerencial, e/ou assistência técnica ou gerencial. Apenas 11 empreendimentos passaram por incubação, equivalendo a 3,4%, e 5,6% declararam re-

ceber algum tipo de assistência jurídica, conforme se constata no Gráfico 1.

Gráfico 1- Acesso a apoio, assessoria ou capacitação - Amapá



Fonte: SIES/Atlas da Economia Solidária (2013). elaborado pela autora.

Quando perguntados se o empreendimento está conseguindo remunerar o sócio que trabalha, a maioria respondeu positivamente, 79%, embora o percentual de 21% respondesse que não está conseguindo arcar com a remuneração. Com relação à renda obtida pelos sócios por meio do empreendimento, revelou-se que, para 52% dos entrevistados, ela é uma complementação da renda de outras atividades, 42,9% afirmaram que a renda é a principal fonte de recursos, e 4,5% responderam que a renda é complementar a recursos recebidos de programas de renda mínima.

Interrogados sobre o que foi viabilizado com os resultados da atividade, a pesquisa revela que 60% dos entrevistados dizem que a renda oportunizou apenas pagar as despesas, sem restar nenhuma sobra, havendo 24% afirmado que a renda foi suficiente para quitar as despesas e ainda possuir uma sobra. Apenas 10% dos entrevistados afirmaram que a renda foi insuficiente, até mesmo, para arcar com as despesas. Esse resultado demonstra que, para a parte significativa dos sócios, a renda com o empreendimento está contribuindo o custo familiar, a ainda, para uma parcela menor, está gerando um excedente que pode ser investido em outras áreas.

Perguntou-se ainda aos empreendedores que responderam haver sobra na renda, qual a destinação do excedente, sendo permitida mais de uma

resposta e revelado pelo gráfico 2 que a maioria respondeu fazer fundo ou reserva para realizar investimentos futuros (88,6%). Outra resposta constante (30,3%) foi a de fazer reserva para qualquer eventualidade. Apenas 19% deles responderam que o excedente seria distribuído entre os sócios.

Gráfico 2 - Destinação do excedente - Amapá



Fonte: SIES/Atlas da Economia Solidária (2013). elaborado pela autora.

Foi perguntado, também, aos empreendedores da economia solidária do Amapá quais as principais conquistas realizadas pelo empreendimento, pergunta ilustrada no gráfico 05, embora, nesta pergunta, fosse possível apontar mais de uma resposta, o que gerou uma média de três respostas por entrevistado. A esta questão a resposta mais frequente (82,6%) foi a concretização da integração do grupo ou coletividade, o que, mais uma vez, reforça o valor da solidariedade e da necessidade de integração como diferencial dessa economia. Outra resposta frequente foi a consolidação da autogestão e o exercício da democracia no grupo, com 69,2%. Uma resposta bem frequente (64,6%) voltou-se à afirmação do alcance do comprometimento social dos sócios do empreendimento, sendo, ainda, que 57,6% dos entrevistados responderam ser uma conquista a geração de renda ou o alcance de maiores ganhos para os sócios. O percentual de 21% enfatizou o processo de conscientização e o compromisso político como conquista.

Além de procurar saber os principais avanços na percepção dos empreendedores, o mapeamento buscou mensurar os principais desafios, pergunta que possuiu uma média de quatro respostas por entrevistado. A resposta mais frequente (81%) foi referente à necessidade de o empreendimento gerar renda mais adequada a seus sócios, sendo também bastante apontada, com 72,5% das

respostas, a afirmação da necessidade de se viabilizar economicamente o empreendimento. Um percentual de 63% enfatizou a necessidade de manter a integração do grupo, e um indicador bastante preocupante (59% dos entrevistados) mostrou a necessidade de se garantir proteção social aos sócios, como previdência e assistência à saúde.

Outro desafio apontado por 54,5% dos entrevistados foi a necessidade de se alcançar maior conscientização ambiental entre os sócios, e o mesmo percentual enfatizou a necessidade de se promover a articulação com outros empreendimentos e com o movimento de economia solidária, e ainda de se efetivar a participação e a autogestão. Destaca-se que 41,8% das respostas apontaram a necessidade de melhoria no processo de conscientização e de politização dos sócios, o que demonstra uma preocupação com a participação ativa e com os ideais democráticos.

Pelos indicadores apresentados, deduz-se que a economia solidária avançou significativamente no Estado do Amapá, considerando as peculiaridades econômicas e sociais locais, tratadas no início deste capítulo. Os avanços são, especialmente, percebidos diante da conscientização dos empreendimentos acerca do que seja (esclarecimentos conceituais) e dos diferenciais da economia solidária, do processo de empoderamento político, que, por si só, viabiliza uma elevação na conscientização.

A valorização e o fomento à economia solidária representam a tentativa de resgate de valores como a solidariedade humana, fraternidade, liberdade e amor. A ação do Estado e suas políticas podem representar esse fomento. Nussbaum (1995) ressalta as teorias sobre o amor e seu entrelaçamento com a lógica da simplicidade:

Indicamos que las teorías acerca del amor, especialmente las teorías filosóficas, resultan insuficientes para lo que descubrimos en la narración, porque son demasiado simples. Quien descubrir exactamente o único que el amor es en el alma, único lo que su comocimiento, em vez de ir lo que hay ahí (NUSSBAUM, 1995, p. 26).

Embora se percebam muitos avanços relativos aos laços de solidariedade entre os grupos de empreendimentos, verifica-se que o fomento a eles ainda é insuficiente diante das dificuldades apresentadas, o que poderia ser minimizado por meio de ações diversas por parte dos gestores da política de economia solidária, algumas das quais com baixa complexidade e, também baixos gastos de energia, como a viabilização do diálogo e da integração entre os diferentes órgãos/entidades que atuam com a economia solidária.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento significativo da economia solidária levou à necessidade de atuação do Estado junto ao segmento, seja por meio de fomento direto, seja por ações de acompanhamento e/ou contagem do setor. No Brasil, as políticas públicas de fomento à economia solidária deram um salto muito significativo na última década. Um fator de contribuição foi a implementação da Secretaria Nacional de Economia Solidária em 2003, criada no início da gestão do governo Lula.

Este estudo identificou a necessidade de reestruturação nos formatos de gestão das políticas de fomento por parte dos órgãos governamentais, os quais deveriam funcionar de forma harmônica e articulada, mas, ao contrário disso, atuam de forma isolada e sem comunicação efetiva entre si, prejudicando a qualidade e a quantidade dos serviços ofertados, o que fora confirmado com as entrevistas realizadas com os gestores e os representantes do Fórum. Com relação aos impactos da economia solidária para os empreendimentos, a maioria das atividades investigadas alcançam retorno financeiro, os quais poderiam ser substancialmente intensificados, caso houvesse a efetividade da política de fomento.

Pelos indicadores apresentados, verifica-se que a economia solidária avançou, significativamente, no Estado do Amapá, considerando as peculiaridades econômicas e sociais locais, tratadas no início deste capítulo. Os avanços são especialmente percebidos pelos indicadores que revelam a compreensão, por parte dos empreendedores, dos diferenciais da economia solidária em comparação

à economia capitalista e ainda pelo processo de empoderamento político (viabilizado por tal compreensão), também constatados nos empreendimentos.

Ressalta-se, ainda, que as políticas de fomento à economia solidária esbarram em uma problemática comum às outras políticas públicas, a falta de articulação e integração entre si, muitas vezes impulsionadas por problemas de comunicação, por falta de percepção da atuação do Estado como um complexo de vários serviços, os quais necessitam funcionar de forma harmônica e equilibrada, e ainda a alta rotatividade de cargos e funções estratégicas.

Restou ainda claro nesta pesquisa que as políticas são limitadas por diferentes fatores. A troca dos governantes, por exemplo, impede a continuidade das ações, seja em função da troca de equipe, peculiar à troca de governo, seja pela falta de interesse no aproveitamento dos planejamentos anteriores, como se cada gestor tivesse o interesse em “deixar sua própria marca” e romper com o trabalho anterior à sua posse. No entanto, tal realidade resulta em grandes prejuízos sociais, uma vez que viabiliza a estagnação, e em alguns casos, o retrocesso no transcurso e evolução da política.

Uma das principais contribuições deste estudo foi a viabilização da análise do mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários do Estado do Amapá, que revelou o perfil dos segmentos, seus principais avanços e entraves, retratando ainda as percepções sobre as políticas de fomento. O estudo revelou fragilidade nas políticas de fomento. Porém, também revelou sinais de melhoria do segmento por meio de uma melhor integração com o setor público, de uma articulação entre os diferentes órgãos executores.

A economia solidária enfrenta o desafio de desenvolver uma maior compreensão sobre as lógicas de ação subjacentes aos modelos organizativos, à economia de valores (filantrópicos, religiosos) e às teorias emergentes de explicação do sector, nomeadamente, às que se estabelecem no quadro da regulação do Estado Providência, da sustentabilidade e dos saberes técnico-profissionais.

Destaca-se a importância de fortalecer o sector, tendo em conta a sua diversidade institucional. Com efeito, integra um conjunto de organizações

muito diversificado e apresenta formas de organização das atividades e de distribuição de bens e prestação de serviços, muito distintos do Estado e do Mercado. Entre os seus agentes, destacam-se as pessoas que integram os empreendimentos da economia solidária, com suas diferentes realidades, trajetórias e valores; as pessoas que integram a sociedade civil organizada, representadas pelos movimentos sociais, Fóruns, Conselhos, entre outros, com suas diferentes missões e linhas de atuação; e as pessoas que compõem o Estado e suas diversas ramificações, com a função de fomentar, por qualquer meio, a economia solidária. Entre os valores que necessitam ser fomentados e fortalecidos, destaca-se a tolerância às diferenças; a esperança, que viabiliza a persistência, mesmo em meio às dificuldades mais obscuras impostas pela vida; e a solidariedade, que possibilita o afrouxamento do nó atado pelo espírito de competição, e ainda o despertar de outros valores simbolicamente notáveis, como a gentileza, a ternura, podendo fomentar, inclusive, o que se destaca como maior e mais nobre entre todos os outros sentimentos, o amor.

Na linha do pensamento de Sen (2000), a articulação dos tecidos produtivos e sociais, implícito ao controle do processo de acumulação e ao uso dos recursos disponíveis, implica perspectivar processos de desenvolvimento sustentáveis. Nessa lógica Sen (2000), associam-se aos atores sociais clássicos, Estado e Mercado, novos atores ou forças externas promotoras do desenvolvimento, nas quais se enquadra o terceiro setor, dada a sua relação com a qualidade de vida, com o bem-estar e com a superação das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 9-19, jun. 2002.
- GAIGER, Luiz Inácio. A outra racionalidade da economia solidária: conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 79, p. 57-77, dez. 2007.
- GAIGER, Luiz Inácio. Antecedentes e expressões atuais da Economia Solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 81-99, mar. 2009. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/rccs_84_luiz_inacio_gaiger.pdf. Acesso em: 25 mar. 2014.
- GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, p. 211-259, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n82/v28n82a13.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2014. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Diário Oficial da União**, 28 ago. 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE PORTUGAL. **Economia Social responsável por 2,8% do VAB nacional em 2010**. Lisboa: Conta Satélite da Economia Social, 2010.
- LAVILLE, Jean-Louis (dir.). **L'économie solidaire**. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MONASTÉRIO, Leonardo Monteiro. Capital social e crescimento econômico: mecanismos. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 31, p. 866-880, nov. 2000.
- NUSSBAUM, Martha. El conocimiento del amor. **Estudios de Filosofía**, v. 11, fev. 1995.
- PORTO, Jadson. **Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000**. Macapá: SETEC, 2003.

SANTOS, Aline Mendonça dos. Os dilemas da organização popular do movimento da economia solidária no Brasil. **Otra Economía**, v. 8, n. 15, p. 196-209, 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/viewFile/otra.2014.815.07/4394>. Acesso em: 28 fev. 2014.

SANTOS, Kátia Paulino dos. **Trabalho informal como alternativa ao desemprego**: a experiência da Central do Trabalhador Autônomo do Amapá. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

SANTOS, Kátia Paulino dos. **Economia solidária como estratégia de desenvolvimento e de combate à pobreza**: uma análise da gestão pública do Estado do Amapá, Brasil. 2017. Tese (Doutorado em Gestão) - Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal, 2017.

SENAES - SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Por uma Política Pública Nacional de Formação em Economia Solidária - PPNFES**. 2012. Disponível em: http://www.fbes.org.br/biblioteca22/politica_formacao.pdf. Acesso em: 28 mar. 2014.

SENAES - SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Política Pública Nacional de Formação em Economia Solidária**. 2013. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF80808148EC2E5E014A394E2F856F5C/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2014.

SENAES - SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Sistema de Avaliação dos Processos do Primeiro Mapeamento da Economia Solidária no Brasil**: Relatório Nacional. Ministério do Trabalho e Emprego. [S.l.]: SENAES/MTE, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, Paul. SENAES: uma experiência brasileira de política de economia solidária. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho *et al.* (org.). **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. p. 201-206.

SINGER, Paul. Economia Solidária. Entrevista concedida a Paulo de Salles Oliveira. Projetos coletivos de mudança de vida. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a20v2262.pdf>. Acesso em: 27 maio 2014.